



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE TREZE DE DEZEMBRO DE 2011

-----No dia treze de Dezembro do ano de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária do Município de Góis, sob a Presidência da senhora Dr^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.---

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, solicitando a introdução dos seguintes pontos na ordem de trabalhos:-----

2.2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE D. ALBERTINA DOMINGOS DE ALMEIDA-----

2.3 – COORDENAÇÃO DA DSC/AGRADECIMENTO À DR^a LILIANA CATARINA LOTE TEMPRILHO-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade inserir os referidos pontos na ordem de trabalhos.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente deu início à ordem de trabalhos.-----

1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

1.1 – FALTAS; -----

1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

2 - ASSUNTOS DIVERSOS: -----

2.1 - PROGRAMA ESCOLHAS RENOVAÇÃO ANUAL DO PROJETO “ESCOLHAS DE FUTURO”-----

-----ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE D. ALBERTINA DOMINGOS DE ALMEIDA-----

2.3 – COORDENAÇÃO DA DSC/AGRADECIMENTO À DRª LILIANA CATARINA LOTE TEMPRILHO-----

3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:-----

3.1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA-----

3.2 – PAGAMENTOS-----

3.3 – REQUISIÇÕES-----

3.4 - LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES-----

3.5 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO)-----

3.6 – MAPA DE PESSOAL/ANO 2012-----

3.7 – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL/ANO DE 2012-----

3.8 – 3ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES AO PLANO/ANO FINANCEIRO DE 2011--

3.9 – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO/ANO FINANCEIRO DE 2011-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR: -----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redação conferida pela Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos números um e dois do seu artigo nonagésimo segundo, a Câmara deliberou por unanimidade, e após leitura, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e nove de Novembro do ano de dois mil e onze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

2 – ASSUNTOS DIVERSOS: -----

2.1 - PROGRAMA ESCOLHAS RENOVAÇÃO ANUAL DO PROJETO “ESCOLHAS DE FUTURO” - Foi presente o ofício do Programa Escolhas – 4ª Geração: Uma Escolha de Futuro, datado do dia 30.11.11, dando conhecimento da renovação anual do projeto NC-043/C/E4G – “Escolhas de Futuro” para 2012, sendo este o terceiro e último ano de execução do mesmo.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente informou que a presente renovação do projeto só foi possível porque o mesmo obteve por parte da Equipa de Acompanhamento e Avaliação do Programa, uma taxa de execução favorável das ações desenvolvidas, permitindo desta forma a sua continuidade no concelho de Góis. -

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE D. ALBERTINA DOMINGOS

DE ALMEIDA - Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar um voto de pesar pelo falecimento da senhora D. Albertina Domingos de Almeida, mãe do senhor Vice-Presidente do Município de Góis, manifestando a toda família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda.-----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues agradeceu a todo o Executivo o voto de pesar concedido à sua mãe.-----

2.3 – COORDENAÇÃO DA DSC/AGRADECIMENTO À DR^a LILIANA

CATARINA LOTE TEMPRILHO – A senhora Presidente expressou o seu agradecimento à Dr^a. Liliana Catarina Lote Temprilho, pelo empenho e pela forma responsável com que desempenhou as funções de Coordenadora da Divisão Social e Cultural, em regime de substituição, no período de licença de parentalidade da Dr^a. Ana Castilho Marques de Sá.-----

-----Informou ainda, que a Dr^a. Ana Castilho Marques de Sá regressou ao serviço no dia 12.12.11, tendo reassumido nessa data a coordenação da Divisão Social e Cultural.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.4 – INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARIA HELENA

ANTUNES BARATA MONIZ – A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz solicitou esclarecimento no que concerne aos subsídios atribuídos a algumas Instituições, na anterior reunião do Executivo, pois foi dito que duas dessas instituições (Centro Social Rocha Barros e GóisMotoClube) não cumpriam o Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios, já que a actividade a que se destinava o subsídio não estava inscrita nos respectivos Planos de Actividades. No entanto, nesse mesmo documento de transferências



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

havia outras três instituições (Santa Casa da Misericórdia de Goiás, ADIBER e Lousitânea) às quais também foram concedidos subsídios para manutenção corrente, duvidando que esta possa ser considerada uma actividade.-----

Referiu ainda verificar nas folhas de registo de pagamento de 10/11/2011 a 29/11/2011 uma verba muito elevada (18.925,44€) paga a empresas que asseguram a manutenção de sistemas de água, pelo que lhe parece ser razoável encontrar outras soluções menos dispendiosas. -----

-----A senhora Presidente esclareceu que os valores referidos pela senhora Vereadora, nada têm a ver com manutenção de sistemas de água, mas sim com a aquisição de equipamento para o Campo de Futebol Engº Augusto Nogueira Pereira, concretamente duas máquinas (lavar e secar roupa).-----

-----Seguidamente a senhora Vereadora desejou ao Executivo e trabalhadores da Câmara Municipal, a todos os autarcas do Concelho e a todos os Goienses, votos de um Santo Natal e de um Bom Ano Novo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.5 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

– A senhora Presidente apresentou, em nome do Executivo, votos de um Feliz Natal e de um Próspero Ano de 2012, extensivo aos trabalhadores e colaboradores do Município, Autarcas, Instituições Públicas e Privadas, Munícipes, bem como, a todos os Goienses que se encontram no País e no estrangeiro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

2.6 – INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DIAMANTINO JORGE

SIMÕES GARCIA – O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia informou ter sido interpelado sobre os concursos, em fase de conclusão, para admissão de Assistentes Operacionais. De facto, foi informado que os mesmos candidatos possuindo, naturalmente, as mesmas competências, foram admitidos no procedimento para cantoneiros de limpeza e excluídos no de coveiro, logo avaliação curricular.-----

-----Consultadas as atas e o aviso de abertura de ambos os procedimentos publicados no site da Câmara Municipal, o Vereador constatou ser possível



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

existirem dúvidas sobre a legalidade/clareza dos procedimentos em causa. A legislação permite que, na avaliação curricular, sejam excluídos os candidatos que não obtenham a classificação de 9,5 valores. No entanto, os critérios e as fórmulas de avaliação para os dois procedimentos eram iguais, o que permite concluir que os candidatos só forem excluídos do procedimento para o lugar de coveiro por não terem experiência profissional específica.-----

-----Se consultarmos o Aviso de Abertura dos procedimentos verificamos que nada se refere em relação à eventual experiência para desempenhar a função pelo que esta só deveria servir para melhor valorizar o candidato que a provasse ter e não para excluir quem a não tivesse. Mesmo que não se tenha cometido nenhuma ilegalidade, parece ser, manifestamente, uma situação a evitar em procedimentos futuros.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----

3.1 – RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia onze de dezembro do ano em curso, no montante de um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro euros e seis cêntimos.-----

3.2 – PAGAMENTOS – A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e onze, constantes nas ordens número dois mil setecentos e sessenta e oito à dois mil oitocentos e treze, no montante de trinta e quatro mil, quinhentos e oito euros e setenta e sete cêntimos.-----

3.3 – REQUISIÇÕES – A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde a última reunião até à presente data.-----

3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES - A Câmara tomou conhecimento de que foram emitidas as seguintes licenças de obras particulares:-----

-----a) Número vinte e sete, requerida por Margaret Sabina Horake, Colmeal.-----

-----b) Número vinte e oito, requerida por Francisco António Prino, Algares – Alvares.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A Câmara tomou igualmente conhecimento de que foi emitida a seguinte autorização de utilização:-----

-----a) Número trinta e sete, requerida por Maria Júlia Martins Nunes A.C. Almeida, Soito – Colmeal.-----

3.5 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO) - Foi presente a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2012, cuja cópia fiel constitui o Anexo I da presente Acta.-----

-----A senhora Presidente referiu que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano foram elaborados nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL) ratificado pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro (1ª alteração do POCAL), Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro (alteração ao POCAL), Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 2 de abril (alteração ao POCAL “Regras Previsionais”) e pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro (“Determina que as receitas e despesas públicas passem a reger-se por códigos de classificação orgânica, funcional e económica”), bem como, a LVCR Lei nº 12-A/2008, relativa ao orçamento de pessoal, constituem documentos previsionais de gestão, de importância vital na Administração Municipal. Cabe por isso à Câmara Municipal a responsabilidade pela elaboração das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento e submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Prosseguiu, referindo que na preparação dos orçamentos para o ano de 2010 e 2011, naturalmente decorrentes das grandes opções do plano aprovadas no início do nosso mandato, tivemos sempre como meta geral fundamental, e mantemo-la, como é nosso dever, a satisfação das necessidades dos munícipes e/ou a minimização dos seus problemas e carências, cuja abordagem passe pelo exercício dos poderes de autoridade municipal.-----

-----Mais referiu, que o ano de 2011 foi porém um ano atípico, não apenas extremamente turbulento com eleições legislativas e necessidade de assinatura de um acordo de assistência financeira com a troika composta pelo FMI, BCE e



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

CE – como se perfila, atenta a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012 já em discussão na Assembleia da República, como precursor de anos futuros radicalmente difíceis, onde as receitas duodecimais previstas (Participação no IRS, FEF e FSM) correm algum risco de não arrecadação, como já ocorreu nos anos 80.-----

-----Referiu ainda, que numa conjuntura instável em que o futuro apenas tem como certas muitas incertezas, entende este Executivo que a melhor forma de servir os interesses dos Goieneses é não tanto pelo lançamento de grandes investimentos, ainda que legitimados pelas Grandes Opções do Plano mas, mais pela contenção dos mesmos, aguardando que o desenrolar das políticas comunitárias se venha a revelar favorável à recuperação da confiança dos agentes económicos e, concomitantemente da sustentabilidade orçamental (do Estado e Municipal).-----

-----A senhora Presidente referiu que é muito importante concluir os investimentos já lançados, sem prejuízo de se contemplarem outras obras e Projetos os quais podem vir a ser implementados através de financiamentos nacionais e/ou comunitários. O que importa é satisfazer as reais necessidades, respeitando sempre o princípio do equilíbrio orçamental. As opções adotadas pelo Executivo face ao futuro não são motivadas por uma postura conservadora mas, antes, de prudência básica dadas a volatilidade e a imprevisibilidade das políticas comunitária e governamental para o futuro próximo.-----

-----Assim, em termos de ponto de situação dos objetivos já inseridos no PPI (Plano Plurianual de Investimentos), apresentou os investimentos mais relevantes para o próximo ano, os quais constam no quadro seguinte e que envolvem montantes financeiros consideráveis, como é o caso da circular externa de Carvalhal dos Pombos, Parque Municipal, Requalificação da Rede de Abastecimento de água nas freguesias de Góis e Vila Nova do Ceira, entre outros:-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

INVESTIMENTO	LOCAL	SITUAÇÃO
Abastecimento de água	Freguesia de Góis e Vila Nova de Ceira	A iniciar
Requalificação de espaços	Aldeia do Loural e Pena	A iniciar
Centro de referência da memória goiense	Góis	Em curso
Requalificação do campo de futebol Engº Augusto N. Pereira	Góis	A concluir
Casa Municipal da Cultura	Góis	Em curso
Obras no quartel dos Bombeiros de Góis e na Secção de Alvares	Góis	Em curso
Conclusão da Circular Externa de Carvalhal dos Pombos	Góis	Em curso
Circular Externa de Cortes	Cortes	A iniciar
Parque Municipal	Góis	A iniciar
Ampliação da E.B. 1 de Góis e Jardim de Infância de Góis	Góis	Em curso
Implementação da zona municipal de caça no concelho de Góis		Em curso
Revisão do PDM		A iniciar

-----Continuou fazendo alusão às atividades de natureza florestal e, em sede dos projetos cofinanciados vão ser consubstanciados em projetos de investimento, intervenções como a valorização e defesa da floresta com a realização de infraestruturas de combate aos incêndios, como são: construção de depósitos de abastecimento a meios aéreos e terrestres, beneficiação de caminhos florestais, elaboração de candidaturas para a execução de faixas de gestão de combustível, contribuindo assim para o planeamento da prevenção contra a ocorrência de grandes incêndios e apoio no combate.-----

-----A aposta na prevenção leva à criação de equipas de vigilância que mantenham a limpeza do espaço florestal municipal, desbaste e desmatização como também o acerto das irregularidades relevantes do piso das acessibilidades aos meios de combate a incêndios e outras sinistralidades, dando continuidade a um projeto de sucesso.-----

-----Será ainda revisto o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do concelho de Gois, o desenvolvimento de projetos aprovados no âmbito da ZIF dos Penedos e o contínuo apoio e incentivo à formação de novas ZIF's no concelho de Góis serão uma motivação na área florestal.-----

-----No que concerne às atividades de intervenção social, referiu que a implementação de medidas com vista à promoção da integração e coesão social em áreas fundamentais como a saúde, o emprego, a educação, cultura, a família, os idosos, desporto e juventude entre outros são também prioridades



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

deste Executivo. A igualdade de oportunidades constitui um princípio imediato do Município de Góis, tratando-se de uma premissa a aplicar em todos os domínios da nossa sociedade, (económica, social, cultural e familiar), sem esquecer o desígnio de tornar Góis um concelho mais acessível. Nestas matérias foram aprovados os Projetos Parménides e Rampa os quais consubstanciam-se no desenvolvimento de ações promotoras da igualdade de género e de oportunidades, bem como, na eliminação de barreiras arquitetónicas.-----

-----Mais referiu, que os princípios orientadores que modelam a sociedade democrática atual, impõem a projeção de um futuro com consciência e preocupação em todas as políticas setoriais, o que torna urgente a necessidade de continuar a apoiar as Instituições locais que diariamente lutam pelo combate à exclusão social, garantindo os direitos básicos dos cidadãos de Góis. É de salientar a necessidade da criação/consolidação de parcerias que promovam o desenvolvimento territorial integrado, sendo necessário implementar novos paradigmas, exigindo uma continuada e sistemática intervenção da Autarquia. ---

-----De seguida, apresentou os valores previstos para o ano de 2012 em termos de receita nomeadamente:-----

-----a) Impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, vendas de bens e serviços correntes – 1.166.285 €;-----

-----b) Rendimentos de propriedade (juros, dividendos de participações, rendas/indemnizações dos parques eólicos, renda de concessão da EDP – 850.000 €.-----

-----c) Fundos OE (FEF+IRS+FSM) – 4.348.510 €.-----

-----d) Outras transferências da Administração Central – 921.380 €.-----

-----e) Receitas de fundos comunitários – 2.285.033 €.-----

-----f) Empréstimos – 497.690 €.-----

-----Referiu ainda, que o orçamento do ano de 2012 comparado com o de 2011 apresenta uma redução de cerca de 14%, traduzindo uma diferença de 1.959.466 €, valor esse que fez com que o Executivo repensasse quais os investimentos considerados prioritários para o concelho e bem estar social dos munícipes.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Seguidamente, referiu que este orçamento foi de difícil elaboração, devido aos constrangimentos legalmente impostos em termos de redução de transferências de receitas, pois para 2012 o corte nas transferências da Administração Central ascende a 231.000 €.

-----Continuou, fazendo referência a alguns encargos que a Câmara terá que assumir, que remontam ao ano de 2009, concretamente a dívida do Município de Góis à Empresa Isidoro Correia da Silva, Lda, um valor que ascende os 209.000 €, pagamento que foi negociado em prestações de vinte mil euros mês. Trata-se de um processo, que foi objeto de decisão judicial e que tem vindo a ser acompanhado pelo senhor Consultor Jurídico do Município. Para além desta despesa, o atual Executivo tudo fará para encerrar o processo relativo ao acidente de viação que ocorreu em 06.12.2005 o qual resulta em eventual despesas para o orçamento municipal, caso haja lugar ao pagamento de indemnização às famílias.

-----Prosseguiu, informando que a dificuldade em elaborar os documentos previsionais para o ano de 2012 não resultou apenas da diminuição da receita da Administração Central, mas particularmente daquilo que são as despesas fixas, às quais o Município não se pode furtar e que são absolutamente indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços municipais e consequentemente à satisfação das necessidades das populações. Como exemplo referiu as despesas com Pessoal que estão orçamentadas em mais de três milhões de euros, despesa que foi calculada com base no Mapa de Pessoal para 2012, as despesas com aquisições de bens e serviços superiores a dois milhões de euros (transportes, iluminação pública, energia dos edifícios municipais, seguros, recolha de resíduos sólidos urbanos (ERSUC), análises laboratoriais de água para abastecimento público (CESAB), gestão das ETAR's (Águas do Mondego), entre outras. Mais referiu, que na rubrica do Pessoal, tiveram que ser contemplados os encargos com os subsídios de Férias e de Natal, contrariando o disposto na proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012, uma vez que, consultada a DGAL, esta não se pronunciou sobre o procedimento a ter nesta situação, invocando que estamos perante uma proposta de Lei. Neste sentido, e



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

por uma questão de precaução, foi decidido dotar as rubricas dos subsídios de férias e de natal, sendo que, caso se venha a confirmar que a Lei do Orçamento de Estado para 2012 contempla o constante da proposta de Lei, poderá a verba remanescente afeta a estas despesas, ser utilizada noutras rubricas.-----

-----A senhora Presidente informou ainda que algumas obras em curso apesar de se encontrarem consignadas, forçosamente transitam para o ano de 2012, tendo sido acautelado em orçamento o montante de quatro milhões e meio de euros para a sua conclusão, designadamente a Casa Municipal da Cultura, a Requalificação do Campo Engº Augusto Nogueira Pereira, o Centro de Referência da Memória Goicense, a Ampliação da E.B.1 e Jardim de Infância de Góis, a Circular Externa do Carvalhal dos Pombos, a Requalificação dos Espaços Públicos do Loural, a pavimentação em alguns arruamentos no concelho, entre outras.-----

-----Acrescentou que no ano de 2012 em termos de novos investimentos a prioridade recai sobre a requalificação da rede de abastecimento de água nas freguesias de Góis e de Vila Nova do Ceira, obra que, em princípio será realizada por administração direta estando prevista uma eventual negociação/acordo com a empresa Águas do Mondego, considerando que no plano de investimentos, esta empresa orçamentou as obras que dizem respeito ao concelho de Góis, para o ano de 2013. O que se pretende é que em função da necessidade e da premência da obra, o Município possa apresentar a sua própria candidatura aos fundos destinados a este fim. Para além da melhoria do abastecimento de água, elegeu-se também como prioridade para 2012, a construção de uma estação elevatória no lugar de Cortes, freguesia de Alvares, a construção de uma ETAR em Colmeal, a implementação da rede de saneamento nos lugares de Ponte do Sótão, S. Martinho, Bordeiro e Regateira. A construção do Parque Municipal tem naturalmente que ser uma realidade para o próximo ano, não só porque se constitui como uma grande necessidade, mas também porque tem associado um empréstimo bancário e, ao mesmo tempo, honra-se o compromisso com o Centro Social Rocha Barros.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente informou que há outras obras prioritárias e que muito gostaria de as concretizar como é o caso de:-----

-----a) Freguesia de Alvares: Circular externa, informando de alguns procedimentos que a Câmara Municipal terá de tomar para que esta obra possa vir a ser uma realidade nesta freguesia; infraestruturas de apoio à Praia Fluvial da Ribeira do Sinhel, bem como, o alcatroamento do lugar de Simantorta, dado que o mesmo foi objeto de intervenção no âmbito da requalificação da rede de águas ao domicílio carecendo as ruas no interior da povoação de serem pavimentadas.-----

-----b) Freguesia do Cadafaz: Pavimentação das vias na localidade de Sandinha, requalificação do Largo do Freixieiro, para a qual foi apresentada ao PRODER uma candidatura e naturalmente o apoio na construção do Lar da Cáritas em Cabreira, uma vez, que futuramente, a sustentabilidade e a vitalidade desta freguesia estará estruturada neste investimento. -----

-----c) Freguesia de Colmeal: Requalificação das calçadas e conclusão do estradão entre a localidade de Açor e de Ádela.-----

-----d) Freguesia de Vila Nova do Ceira: Pavimentação da estrada da Murtinheira, bem como a requalificação de um conjunto de arruamentos que transitarão para 2012. O apoio na construção dos sanitários públicos e na Casa mortuária são obras que também urgem ser implementadas, tendo a senhora Presidente transmitido alguma informação sobre este assunto. Informou ainda, do projeto em curso para a requalificação do Largo do Adro, o qual oportunamente será do conhecimento de todos, nomeadamente dos habitantes daquele freguesia. Mais informou, da empreitada em curso de construção dos muros no Pólo Industrial, havendo ainda a possibilidade que se retome o processo da deslocalização da pocilga, uma vez que o mesmo dependia também da aprovação da 2ª alteração ao PDM, ora aprovada. Estão também contemplados a requalificação e construção de açudes.-----

-----Mais referiu, que estamos perante um conjunto de obras que a Câmara Municipal terá que assumir através de empreitadas, mas haverá outras que



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

podem ser assumidas pelas juntas de freguesia, mediante a celebração de Protocolos de delegação de competências.-----

-----Prosseguiu, informando do investimento realizado ao nível do Pessoal no corrente ano, prática que irá manter-se no ano de 2012, pelas oportunidades que foram promovidas junto daqueles que pertencem a grupos mais vulneráveis particularmente os desempregados ou os beneficiários do rendimento social de inserção, tendo sido realizado um trabalho no âmbito da inclusão destas pessoas em contexto de trabalho nos vários serviços prestados pela Câmara Municipal. --

-----Informou ainda, que foi feito um investimento na ordem dos 70.000 €, nomeadamente no que concerne a Contratos de Inserção, Estágios Profissionais e Estágios de Qualificação e Emprego valor este novamente consagrado nas despesas para o ano de 2012, em virtude de se adivinhar um ano ainda mais difícil a todos os níveis. Todas as famílias têm de garantir a sua sustentabilidade, situação que é deveras difícil quando estão com problemas de emprego. Daí que, seja seu entendimento que o Poder Local também deve estar vocacionado para a criação de condições conducentes à inclusão social e à igualdade de oportunidades.-----

-----Referiu também, que os presentes documentos também contemplam uma rubrica ligada ao Empreendedorismo, particularmente na concepção de projetos, implementação de uma incubadora de empresas em parceria com o Instituto Pedro Nunes e com o serviço de Finanças locais, contribuindo para o fomento de iniciativas empresariais inovadoras ou para o desenvolvimento de produtos inovadores, proporcionando aos que a ele tenham acesso um conjunto de serviços e condições que contribuam para o êxito das iniciativas.-----

-----Referiu ainda, que o concelho necessita de projetos empreendedores e que sejam sustentáveis e estruturantes, podendo ter como base a revitalização das atividades agrícolas ligadas à caprinicultura e pastorícia, entre outras atividades mais tradicionais ligadas ao mundo rural. Precisamos de empreendedores que acreditem que possam desenvolver a sua atividade no concelho estando o Município de Góis recetivo em colaborar na promoção do empreendedorismo.---



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Por último, referiu que os documentos em análise foram elaborados tendo em consideração os muitos contributos apresentados pelas Juntas de Freguesia do concelho de Góis, pelas instituições de direito privado, fruto das reuniões realizadas nos Paços do Concelho e na Casa do Concelho de Góis. O objetivo de elaborar os documentos previsionais com a maior participação possível, consubstanciou-se no fato de permitir que todas as Instituições Públicas e Privadas do concelho apresentassem as suas propostas de forma priorizada e, as mesmo tempo, conhecessem os verdadeiros constrangimentos municipais no que concerne à despesa e às receitas.-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia que começou por referir que a análise do Orçamento e das Grandes opções do Plano para o ano financeiro de 2012 foi feito em conjunto com a senhora vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, pelo que irá pronunciar-se em nome dos vereadores eleitos pelo PSD.-----

-----No que se refere as Grandes Opções do Plano para 2012, elas não contem grandes surpresas. De facto, na sua maioria, elencam algumas obras que, em condições normais, já deveriam estar terminadas e não constar deste documento. No entanto, duas merecem uma reflexão especial pela importância de que se revestem: a circular do Carvalhal dos pombos, por ser uma via estruturante de acesso ao Campo de Futebol em requalificação e constituir uma via de aceso privilegiado para nova construção em Góis e o novo abastecimento de agua a Vila Nova do Ceira que se torna urgente pela falta de qualidade do abastecimento nalgumas épocas do ano.-----

-----No entanto, para fazer obras é necessário, naturalmente, ter dinheiro e ai é que surgem grandes duvidas aos vereadores do PSD. Uma das formas de assegurar despesas e empolar as receitas e este orçamento sofre, como os anteriores, desse problema. Desde logo, pelas próprias regras do POAL: ao entrar em linha de conta com a média aritmética das receitas de 2010 e 10 meses de 2011 para cálculo das receitas a inscrever em 2012, inflaciona esse mesmo cálculo. Isto, porque a tendência manifestada nos quadros apresentados é, nitidamente de decréscimo das receitas dum ano para o outro. Deu o exemplo



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

das receitas dos impostos sobre loteamento e obras que, em 2010 foi de 1209,86 €, em 2011 (até Outubro) 577,93€ e propõe-se, para 2012, 894€ o que é, manifestamente, exagerado. Para além disso, contabilizam-se como receitas em 2012, 470889€ e 105000€ para a circular do Carvalhal dos Pombos e construção do sistema de águas de Vila Nova do Ceira, respectivamente, que viriam dos Fundos comunitários mas que, como sabemos, ainda não existem candidaturas e, muito menos, garantia que elas sejam aprovadas. Acresce o facto de, relativamente à segunda daquelas obras não se poder, neste momento, formalizar qualquer candidatura pois existe um protocolo com as Águas do Mondego que o impede. Também em relação à venda de bens de investimento não se percebe como é que estão inscritos como receita, 1.579.000€ pretendendo-se que, em 2012 se irão vender terrenos (quais?) no valor de 874.000€ e Edifícios (quais?) no montante de 525.000€ e ainda outros bens de investimento (o quê?) por 180.000€. -----

-----Colocou igualmente algumas questões relativamente a eventuais erros que o documento poderia apresentar, tendo a senhora Presidente da Câmara Municipal dado a palavra Dra. Sara Mendes que elucidou o senhor Vereador e promoveu a sua correcção.-----

-----Finalmente o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia informou que os Vereadores eleitos pelo PSD iriam abster-se na votação do documento em virtude de acharem que a previsão das receitas está manifestamente empolada e porá em causa a realização da despesa orçamentada. Sendo prática comum de quem faz orçamentos empolar a receita, parece-lhes, este ano, particularmente perigoso, uma vez que 2012 será um ano de forte recessão. Atente-se ao corte nas transferências do Estado que, conforme refere o documento, totaliza cerca de 19.000€/mês.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz colocou algumas questões nomeadamente em relação às despesas com transportes e à possibilidade de começar a fazer alguns melhoramentos na Casa Museu Alice Sande, a que a senhora Presidente da Câmara respondeu. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues iniciando a sua intervenção, fazendo uma breve alusão à conjuntura económica e financeira a nível nacional, acrescentado que alguns constrangimentos financeiros e económicos internacionais e nacionais, refletiram-se também na Administração Local. Referiu ainda, que em consequência desses factos é visível a redução no Orçamento municipal para o ano de 2012, em cerca de 14% comparativamente com o ano de 2011, perfazendo o montante de 1.959.466 €, o que significará uma redução nos investimentos para o próximo ano. Aliás, como já foi referido pela senhora Presidente, que elencou um conjunto de investimentos, sendo considerados os mais estruturantes e prioritários para o concelho e para os munícipes pela maioria socialista.-----

-----Relativamente à receita plasmada nos documentos previsionais, referiu a evidência da diminuição da mesma, tendo em conta os constrangimentos que advieram das novas medidas governamentais. Contudo, referiu que a receita prevista está em consonância com os objetivos estratégicos propostos pelo Executivo para o ano de 2012.-----

-----No que concerne aos recursos humanos, referiu que de acordo com os normativos legais está vedado à Administração Local a abertura de concursos, havendo naturalmente algumas exceções. Referiu igualmente, que para o ano de 2012, não se encontra plasmado no documento alterações de posicionamento remuneratório e de prémios de desempenho, uma vez que se prevê o seguimento do ocorrido em 2011, bem como, o mencionado na proposta do O.E. para 2012.-----

-----Referiu ainda, que o facto de nas despesas com o Pessoal ter sido acautelado o montante referente ao subsídio de férias e de natal, teve como base uma medida de precaução, uma vez que a citada proposta de lei ainda não foi aprovada. Caso não venha a ser possível a atribuição destes dois subsídios, o remanescente será com certeza canalizado para outras rubricas consideradas de igual modo importantes.-----

-----Por último, referiu que estamos perante um Orçamento elaborado com rigor e adaptado às circunstâncias económicas e financeiras que o país atravessa, e



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

consequentemente à realidade do Município de Góis, pelo que irá naturalmente votar favoravelmente os documentos previsionais para o ano de 2012 .-----

-----Referiu ainda, que não desejando entrar em otimismo impróprios do tempo presente move-nos, contudo, o sentimento de esperança de que todos juntos, município e munícipes, venceremos as adversidades e, como eleitos locais, lograremos chegar ao final do ano de 2012 com a noção de tudo termos feito por quem nos elegeu e, nesse sentido, sermos merecedores do reconhecimento do mérito da nossa ação executiva.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que o Orçamento Municipal para o ano de 2012, teve a preocupação de implementar uma melhoria na rede de transportes públicos, o que será sem dúvida uma mais valia para os munícipes, porque a melhor mobilidade da população, poderá facilitar o acesso ao trabalho e emprego e também reduzir o isolamento das pessoas que vivem nas zonas mais afastadas do concelho. Mais referiu, que o orçamento também pretende apoiar o empreendedorismo essencialmente nas actividades produtivas e dirigidas às potencialidades endógenas do concelho, iniciativa esta que é fundamental, pois todo o apoio que se possa conceder na fase de instalação de unidades produtivas é quase essencial para o seu sucesso. Assim, concorda inteiramente com a ajuda ao empreendedorismo revelando ser uma boa aposta deste Executivo.-----

-----Seguidamente fez alusão à crise que o País atravessa, a qual irá surtir efeitos devastadores em alguns agregados familiares, e o concelho de Góis não será exceção, pelo que este documento também dá destaque à coesão social, tendo sido também preparado para responder a situações de pobreza extrema e de exclusão social, tendo proposto a mobilização de todos no objectivo de “Tolerância Zero à Fome”, como medida de suporte a situações de pobreza devidamente sinalizadas, tanto a nível da alimentação, como de cuidados de saúde e ainda de alguns bens físicos, como o vestuário. Para terminar, referiu que votará favoravelmente a proposta em apreço.-----

-----A senhora Presidente referiu que subscreve inteiramente a proposta do senhor Vereador Mário Barata Garcia no que respeita à “Tolerância Zero à



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Fome”, considerando que a Câmara Municipal deve apostar em investimentos estruturantes, mas em momento algum esquecer as Instituições do concelho que criam emprego e são a sustentabilidade de muitas famílias, assim como deve preocupar-se com as Pessoas, em particular as que estão em situação de desemprego, pobreza e/ou exclusão social.-----

-----Mais referiu, que as questões colocadas pelo senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, têm a sua pertinência, mas está consciente que a receita que recai sobre a venda de terrenos, edifícios e outros bens de investimento, sustenta-se no considerável património que o Município é legítimo proprietário, como seja grande parte da Quinta do Baião, seis habitações no Bairro Fernando Carneiro, duas frações no prédio onde funciona a repartição de finanças entre muito outro.-----

-----Terminou, louvando a disponibilidade dos coordenadores e trabalhadores das diferentes Unidades Orgânicas em particular da DAG, agradecendo à senhora Chefe de Divisão e à Dr^a. Liliana Serra que sem quaisquer reservas, manifestaram total disponibilidade para trabalharem nos feriados de 1 e 8 de dezembro, bem como, fora do horário normal de trabalho incluindo fim de semana.-----

-----Por último, agradeceu a forma rigorosa e profissional com que foram elaborados e apresentados os documentos previsionais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia e a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2012.-----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter o presente documento à Assembleia Municipal para deliberação.-----

3.6 – MAPA DE PESSOAL/ANO 2012 - Foi presente a proposta do Mapa de Pessoal para o Ano de 2012, cuja cópia fiel constitui o Anexo II da presente Acta.-----

-----A senhora Presidente informou que com a entrada em vigor do novo regime de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

funções públicas (aprovado pela Lei nº12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro – LVCR), e a sua adaptação à Administração Local através do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº3-B/2010, de 28 de abril, passa a ser de elaboração obrigatória uma planificação da atividade e dos recursos do Município. Em termos de recursos humanos essa planificação passa pela elaboração de um Mapa de Pessoal (artigo 4º da LVCR e artigo 3º do Decreto-Lei nº209/2009) que vem substituir o antigo quadro de pessoal (nºs7 e 8 do artigo 117º da LVCR). Esse mapa contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município necessita para o desenvolvimento das atividades contempladas tanto no Orçamento Municipal como nas Grandes Opções do Plano (artigo 5º da LVCR).-----

-----Mais informou, que o mapa de pessoal dos serviços abrangidos pela LVCR, entre os quais se encontra o Município de Góis, será o que vier a ser aprovado pela Assembleia Municipal, entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, aquando da elaboração do Orçamento para 2012, nos termos do disposto nos artigos 4º e 5º da LVCR em articulação com o disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº209/2009.-----

-----Prosseguiu, informando que nos termos do artigo 5º da LVCR, os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função do seguinte:-----

-----1 – Da atribuição , competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;-----

-----2 – Do cargo ou da carreira e categoria que lhe correspondam;-----

-----3 – Dentro de cada carreira e ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;---

-----4 – Do perfil de competências transversais da respetiva carreira e, ou categoria, a aprovar nos termos do nº2 do artigo 54º, complementado com as competências associadas à especificidade do poso de trabalho.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Mais referiu, que os postos de trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral predeterminado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos. As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são assim determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades de trabalho diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização.-----

-----Referiu ainda, que a atividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas, no conteúdo funcional das carreiras gerais (Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional) ou das carreiras subsistentes ou não revistas (Informática, Fiscal Municipal e Fiscal de Leituras e Cobranças), ou das atribuições, competência ou atividade do posto de trabalho, nomeadamente sempre que a execução de tarefas inerentes a cada uma das atividades, implique deslocações em serviço, deverão ser asseguradas pelo próprio trabalhador, desde que esteja habilitado com carta de condução.-----

-----Face ao exposto, a senhora Presidente apresentou o mapa de pessoal, no qual está indicado o número dos postos de trabalho existentes e a criar, indicando ainda o tipo de relação jurídica de emprego público, sendo que a caracterização do respetivo posto de trabalho está descrito no Anexo I do mesmo.-----

-----Informou ainda, que no concerne à criação de postos de trabalho, o presente mapa contempla 5 novos postos de trabalho, 3 dos quais destinam-se ao lugar de Nadador Salvador (Assistente Operacional) e os restantes dois pertencem à carreira de Técnico Superior.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia informou que após os esclarecimentos dados pela senhora Presidente, não tinha dúvidas em votar favoravelmente o documento. Lembrou que o Mapa de Pessoal já tem 192



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

trabalhadores e que já se sabe que terá de ser reduzido em 2012 em, pelo menos 2%. Sugeriu que em relação aos nadadores/salvadores se estudasse a hipótese de formar assistentes operacionais já do Mapa que possam, nos três meses de Verão assegurar o serviço .-----

-----Dada a palavra à Dr^a. Sara Mendes, explicou que dos cinco postos de trabalho a criar, três, que respeitam ao lugar de assistentes operacionais/nadadores salvadores, não irão afetar o total dos trabalhadores pois "entram" e "saem" no decurso do mesmo ano (contrato de trabalho por tempo determinado que normalmente vigora entre 2 e 3 meses), isto é, não influenciam (em caso de possível aumento) o número de trabalhadores existentes a 31.12.2012 quando comparado com o número existente a 31.12.2011. Mais referiu, no que respeita à possível redução a efetuar-se no decurso de 2012, de acordo com a proposta de Lei do Orçamento de Estado, inicialmente previa a obrigatoriedade de redução de 2% do número total de trabalhadores, mas que na presente data, tem conhecimento que foi apresentada uma proposta de substituição do PSD e CDS à proposta de Lei e que nesta consta uma redução que pode variar entre 1% e 3% dependendo do comportamento da evolução dos recursos humanos desde 31.12.2008. Isto é, determina que as Autarquias Locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e de 2011, tenham reduzido em 10% ou mais o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008, reduzem, no mínimo, em 1% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011; as Autarquias Locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e de 2011, tenham reduzido em menos de 10% o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008, reduzem, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011; e finalmente as Autarquias Locais que, no período referido nas alíneas anteriores, tenham mantido ou aumentado o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008, reduzem, no mínimo, em 3% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionou relativamente à alínea a) das Observações que constam do Mapa de Pessoal, designadamente à denominação “Posto de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo indeterminado”.-----

-----Dada a palavra à Dr^a. Sara Mendes informou que se trata de um mero lapso e que o se pretendia indicar em Observações, tanto na alínea a) como alínea b) era "Posto de trabalho preenchido/a preencher com relação jurídica por tempo indeterminado" e "Posto de trabalho preenchido/a preencher com relação jurídica por tempo determinado" pelo que o Mapa será imediatamente retificado. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2012.-----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter os presentes documentos à Assembleia Municipal para deliberação.-----

3.7 – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL/ANO

DE 2012- Foi presente a proposta de Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de 2012, a qual constitui o Anexo III da presente Ata.--

-----A senhora Presidente informou que o presente documento foi elaborado tendo em consideração a seguinte legislação:-----

-----1) O Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº3-b/2010 de 28 de abril (entrou em vigor em 08.09.09);-----

-----2) O mesmo procede à adaptação à administração autárquica do disposto da Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro e 55-A/2010, de 31 de Dezembro;-----

-----3) No nº2 do seu artigo 2º está estabelecido que “*As referências feitas na Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ao membro do Governo ou ao dirigente máximo do serviço ou organismo, consideram-se (...) Nos municípios, ao presidente da Câmara Municipal*”; -----

-----4) Todavia, e contrariamente ao referido anteriormente, o Decreto-Lei em apreço atribui ao órgão executivo uma panóplia de competências relacionadas com a gestão de recursos humanos como: a gestão do mapa de pessoal; a



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

orçamentação e gestão das despesas com o pessoal; as alterações de posicionamento remuneratório por opção gestonária ou por exceção, e a atribuição de prêmios de desempenho (artigos 4º, 5º, 7º, 8º e 13º) que, naquela Lei estão atribuídas ao dirigente máximo do serviço;-----

-----5. No concreto e no que concerne ao presente importa:-----

-----a) Estatui o nº2 do artigo 5º daquele Decreto-Lei, em matéria de orçamentação e gestão das despesas com pessoal que, *“Compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos encargos: a) Com recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados nos mapas de pessoal e, ou; b) Com alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções; c) Com a atribuição de prêmios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço”*;-----

-----b) Conexamente: Estabelece o artigo 7º do mesmo diploma que *“Tendo em consideração as verbas destinadas a suportar o tipo de encargos previstos na alínea b) do nº2 do artigo 5º, o órgão executivo delibera sobre os encargos a suportar decorrentes de alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores do órgão ou serviço”* fixando *“fundamentalmente, aquando da elaboração do orçamento, o montante máximo, com as desagregações necessárias dos encargos que o órgão se propõe suportar, bem como, o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento podem ter lugar”*, estatuinto ainda o artigo 13º do mesmo Decreto-Lei, relativamente à alínea c), do nº2, do artigo 5º, que o órgão executivo fixa *“fundamentalmente, o universo dos cargos e das carreiras e categorias onde a atribuição de prêmios de desempenho pode ter lugar, com as desagregações necessárias do montante disponível em função de tais universos”*.-----

-----Face ao exposto, a senhora Presidente propôs ao Executivo que delibere para efeitos do estabelecido na alínea a) do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº209/2009, a afetação do montante máximo de 30.733,57 € (trinta mil, setecentos e trinta e três euros e cinquenta e sete cêntimos), para recrutamento



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados, de acordo com o mapa de pessoal aprovado, repartido pelas seguintes carreiras e categorias:-----

Carreira	Categoria	Valor
Técnico Superior	Técnica Superior	27.096,07€
Assistente Operacional	Assistente Operacional	3.637,50€

-----Referiu ainda, que para o ano de 2012 não se propõe qualquer montante para alterações de posicionamento remuneratório (obrigatórias, gestionárias ou excepcionais) e para prémios de desempenho, uma vez que se prevê, no seguimento do ocorrido em 2011, que continue a estar vedado ao Município, proceder a algum acréscimo remuneratório por alguma destas vias. -----

-----Por último, propôs que a deliberação tomada pelo órgão Executivo sobre esta matéria, seja divulgada nos termos e meios definidos no nº5 do artigo 46º da Lei nº 12-A/2008 (afixação em local próprio no Município e inserção na página electrónica do Município). -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de 2012.-----

-----Mais deliberou por unanimidade que a deliberação ora tomada pelo órgão Executivo sobre esta matéria, seja divulgada nos termos e meios definidos no nº5 do artigo 46º da Lei nº 12-A/2008.-----

3.8 – 3ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES AO PLANO/ANO FINANCEIRO DE 2011- Em conformidade com o disposto na alínea c), do número 2, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei Orgânica nº1/2011, de 30 de Novembro, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a 3ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o Ano Financeiro de 2011, constante no Anexo IV, cuja cópia fiel fica a constituir parte integrante da presente Acta. -----

-----a) 3ª Revisão às Grandes Opções do Plano, importa em 1.788.448,65€ (um



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

milhão, setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos) nas anulações.-----

-----Mais deliberou por unanimidade, remeter o presente documento à Assembleia Municipal para deliberação. -----

3.9 – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO/ANO FINANCEIRO DE 2011 - Em conformidade com o disposto na alínea c), do número 2, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei Orgânica nº1/2011, de 30 de Novembro, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a 3ª Revisão ao Orçamento para o Ano Financeiro de 2011, constante no Anexo V, cuja cópia fiel fica a constituir parte integrante da presente Acta. -----

-----a) 3ª Revisão ao Orçamento importa no orçamento tanto na parte da receita como na parte da despesa numa anulação de 1.788.448,65€ (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

-----Mais deliberou por unanimidade, remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação. -----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: FALTAS, ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA; PAGAMENTOS; REQUISIÇÕES; LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES; DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO); MAPA DE PESSOAL/ANO 2012; ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL/ANO DE 2012; 3ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES AO PLANO/ANO FINANCEIRO 2011; 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO/ANO FINANCEIRO DE 2011.-----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas treze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, sob a responsabilidade da Secretária. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,